



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Registro: 2025.0000362976

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Agravo de Instrumento nº 2045469-64.2025.8.26.0000, da Comarca de Campinas, em que é agravante SANDRA RITA CONSTANCIO, é agravado BANCO BRADESCO S/A.

ACORDAM, em sessão permanente e virtual da 18ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: **Deram provimento ao recurso. V. U.**, de conformidade com o voto do relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Desembargadores ISRAEL GÓES DOS ANJOS (Presidente), HENRIQUE RODRIGUERO CLAVISIO E HÉLIO MARQUEZ DE FARIAS.

São Paulo, 11 de abril de 2025.

ISRAEL GÓES DOS ANJOS

Relator(a)

Assinatura Eletrônica

VOTO Nº 41.433.

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 2045469-64.2025.8.26.0000 – CAMPINAS.

AGRAVANTE: SANDRA RITA CONSTANCIO.

AGRAVADO: BANCO BRADESCO S/A.

AGRAVO DE INSTRUMENTO. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL. Decisão que indeferiu o pedido de desbloqueio de ativos financeiros localizados na conta da executada. Pretensão de reforma. CABIMENTO: Impenhorabilidade da quantia localizada em nome da executada até o limite de quarenta salários-mínimos. Interpretação extensiva do art. 833, X do CPC. Precedentes do C. STJ e desta E. 18ª Câmara de Direito Privado. Decisão reformada.

RECURSO PROVIDO.

Vistos.

Trata-se de agravo de instrumento interposto contra a r. decisão de fl. 863 da execução nº 0077385-61.2009.8.26.0114, que, dentre outras medidas, indeferiu o pedido de desbloqueio de ativos financeiros da executada agravante. Foi determinado o levantamento em favor do exequente, após o decurso do prazo recursal.

A executada agravante sustenta, em síntese, a impenhorabilidade da quantia de R\$674,00, localizada em sua conta no Banco Mercantil do Brasil, pelo sistema *Sisbajud*, com fundamento no art. 833, incisos IV e X do CPC. Pleiteia a antecipação da tutela recursal e ao final, o provimento do agravo para a reforma da r. decisão.

O efeito foi deferido para suspender o levantamento de valores em favor do exequente agravado, ficando mantida a penhora realizada pelo *Sisbajud* em relação à quantia objeto do recurso, até a

apreciação da questão pela Turma Julgadora.

O agravado apresentou contraminuta (fls. 62/71).

É o relatório.

O recurso merece provimento.

Consta dos autos que foi bloqueada pelo sistema *SISBAJUD* a quantia de R\$674,00 localizada no Banco Mercantil do Brasil S/A. em nome da executada agravante (fl.814 da execução).

A respeito da impenhorabilidade, dispõe o artigo 833, inciso X, do Código de Processo Civil que: ***“São impenhoráveis: (...) X – a quantia depositada em caderneta de poupança, até o limite de 40 (quarenta) salários-mínimos;”***.

O Colendo Superior Tribunal de Justiça tem admitido interpretação extensiva do disposto no referido dispositivo legal (art. 833, X do CPC). Há o reconhecimento de que a impenhorabilidade não está restrita apenas aos depósitos em conta poupança, mas também alcança valores depositados em conta corrente, aplicações financeiras ou guardados em papel moeda, notadamente, até o montante de quarenta salários-mínimos.

Considerando-se que o valor bloqueado é inferior ao teto legal, é o caso de reconhecimento de sua impenhorabilidade, sendo irrelevante, no caso, a discussão sobre a origem dos valores bloqueados na conta da devedora no Banco Mercantil de Brasil S/A. Registre-se que o salário-mínimo vigente na data do bloqueio era de R\$1.412,00 (Decreto nº 11.864/2023).

Sobre o tema, este é o entendimento do Colendo Superior
Tribunal de Justiça:

“PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM RECURSO ESPECIAL. PENHORA DE SALÁRIO. ALCANCE. APLICAÇÃO FINANCEIRA. LIMITE DE IMPENHORABILIDADE DO VALOR CORRESPONDENTE A 40 (QUARENTA) SALÁRIOS MÍNIMOS.

1. A Segunda Seção pacificou o entendimento de que a remuneração protegida pela regra da impenhorabilidade é a última percebida - a do último mês vencido - e, mesmo assim, sem poder ultrapassar o teto constitucional referente à remuneração de Ministro do Supremo Tribunal Federal. Após esse período, eventuais sobras perdem tal proteção.

2. É possível ao devedor poupar valores sob a regra da impenhorabilidade no patamar de até quarenta salários mínimos, não apenas aqueles depositados em cadernetas de poupança, mas também em conta corrente ou em fundos de investimento, ou guardados em papel-moeda.

3. Admite-se, para alcançar o patamar de quarenta salários mínimos, que o valor incida em mais de uma aplicação financeira, desde que respeitado tal limite.

4. Embargos de divergência conhecidos e providos.
(Embargos de Divergência em REsp nº 1.330.567 – RS, Segunda Seção, Rel. Min. Luis Felipe Salomão, DJe: 19.12.2014).

Assim também já se decidiu nesta Egrégia 18ª Câmara de Direito Privado: AI nº 2088688-06.2020.8.26.0000, Rel. Des. Henrique Rodriguero Clavisio, e AI nº 2078601-59.2018.8.26.0000, Rel. Des. Helio Faria.

Respeitada a convicção do Juízo *a quo*, é o caso de



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

reforma da r. decisão.

Ante o exposto, **DÁ-SE PROVIMENTO** ao recurso para o reconhecimento da impenhorabilidade dos ativos financeiros localizados em nome da executada agravante em sua conta no Banco Mercantil do Brasil S/A., devendo haver o desbloqueio.

ISRAEL GÓES DOS ANJOS
RELATOR